

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0022798

F
362.7
T266

IO MARIA TEIXEIRA

A CRIANÇA E A QUESTÃO SOCIAL

(Conferência pronunciada pelo então Juiz
Substituto da Vara de Menores, na
"Associação Brasileira de Imprensa",
em 16 de Outubro de 1945).

1946
IMPRESA NACIONAL
DE JANEIRO - BRASIL

F 364.36
T262c

ALOISIO MARIA TEIXEIRA

A CRIANÇA E A QUESTÃO SOCIAL

(Conferência pronunciada pelo então Juiz
Substituto da Vara de Menores, na
"Associação Brasileira de Imprensa",
em 16 de Outubro de 1945).

B00224 98

1946
IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL

A CRIANÇA E A QUESTÃO SOCIAL

A felicidade é o fim para o qual o homem tem uma tendência irresistível. E só poderá encontrá-la relativamente no reinado harmônico da justiça no seio da sociedade, que é o escopo da origem social. Realmente, como ensina o Padre Taparelli, o direito social baseia-se no sentimento da solidariedade, isto é, na recíproca semelhança e dependência de todos os homens, porquanto dessa semelhança nasce a idéia de igualdade e de justiça, e de sua dependência, a harmonia social.

Cumpre notar, todavia, que a vontade humana tem uma tendência inata ao bem abstratamente conhecido, e se dirige ao que lhe mostra a razão, ou seja o Bem "in genere". Assim, todo homem quer ser feliz sem limite, antes de conhecer o objeto concreto de sua felicidade, que é o aperfeiçoamento do Bem. Mas, seja qual fôr o bem que se possua, ainda a natureza humana deseja outro, donde não ser a nossa vontade satisfeita por nenhum Bem particular. Só o Bem infinito poderia confortá-la definitivamente; êste, porém, só desvendamos após múltiplos raciocínios, e não o podemos ver intuitivamente aqui na Terra, por não poder ser o objeto do impulso da nossa vontade.

O homem enquanto vive está em estado de tendência, e o bem da tendência é a retidão de direção, que depende da observância da ordem, donde se concluir que a pessoa que tende retamente ao fim da ordem universal, possui o seu bem, de modo que a observância da ordem constitui a felicidade do homem neste mundo. Assim, os que têm a ventura de crer no Bem Supremo, que é Deus, e na sua tendência buscam a retidão e a ordem, chegarão certamente ao fim, porque a certeza das coisas futuras é a sua apreensão antecipada, e quem, na tendência, antecipa o seu bem, pela esperança — realiza a sua felicidade.

A proporção entre o ato humano e o seu fim é a *moralidade*.

E, todo homem sente que o prazer e a utilidade desordenados são abomináveis, ao contrário da ordem, que sempre dá a impressão nítida de bem estar.

A retidão está ordenada à consecução da felicidade e a felicidade não existe sem o conceito de retidão, que significa a tendência ao objeto preestabelecido pela natureza, ou seja, o Bem,

Ambas são partes da ciência que dirige os atos humanos: a *Moral*.

Está claro, pois, que não pode haver felicidade sem retidão e sem ordem, enfim, sem moralidade.

Contudo, seriam difíceis as operações humanas se a todo ato devessem preceder grandes reflexões, razão por que tem o homem uma faculdade que as suaviza, chamada "Hábito".

E' uma disposição estável pela qual um ser indeterminado, por natureza, diante de inúmeros atos que lhe convém, inclina-se mais para um do que para outro.

E, ainda mais, uma vez adquirido assemelha-se a nova faculdade e determina a prontidão das operações, tornando-as agradáveis e fáceis, sejam boas ou sejam más, donde o seu perigo, como observam os Moralistas.

Essa capacidade de acostumar-se que tem o homem, só é vantajosa quando serve para facilitar as ações bem ordenadas, porque quando se habitua a operar sem ordem, torna-se viciado, e só com grandes esforços e dificuldades poderá afastar os maus hábitos.

E', pois, mais fácil e seguro ser virtuoso pelo hábito de operar retamente, do que tornar-se virtuoso depois de viciado, pelo hábito de operar desordenadamente.

Indiscutível e decisiva é a influência do ambiente em que vive a criatura para a sua formação. Não passou despercebida ao próprio Napoleão a importância desse elemento para o destino do homem, a ponto de afirmar que a criança começa a exigir todos os cuidados nove meses antes do seu nascimento.

Hoje, já está esclarecido o que naquele tempo parecia exagêro, uma vez que a ciência conseguiu demonstrar a influência não só da saúde, mas até das emoções e do estado de espírito da gestante na pessoa em formação. Há dias, D. Jaime Câmara, em discurso pro-

nunciado na solenidade do início da Semana da Criança promovida pelo Departamento Nacional da Criança, referiu-se ao caso de um menino que nasceu com aversão a um tio, por ter sua mãe guardado sério rancor do irmão, durante o tempo da gravidez, bem assim de outro nascido com defeito físico idêntico a de uma criatura, cuja anomalia impressionara a mãe, quando o esperava.

E terminou afirmando, com razão, que, se as emoções amargas têm influência no feto, também o terão as impressões de bem estar, que só podem ser vantajosas para o futuro ser.

Deve-se pois, preservar a criança de todos êsses males para se conseguir uma população sadia de corpo e de espírito. Não será possível, em face das condições em que, desgraçadamente, nos encontramos, conseguir a educação dos adultos que nasceram e viveram em ambientes nocivos material e moralmente, adquirindo hábitos maus de seus ascendentes que, em regra, procediam desordenadamente e se viciaram, a ponto de se tornarem incapazes de orientar seus filhos no verdadeiro sentido, indispensável para a felicidade própria e para o engrandecimento da Pátria.

Na verdade, a população de nossa Terra tem vivido de braços dados com a miséria, que tanto prejudica a saúde do corpo e do espírito da nossa gente. Os filhos de pessoas desajustadas e desiludidas só podem herdar os vícios dos amargores constantes dos pais que, pelas circunstâncias, se habituaram a viver sem ordem, perdendo até os sentimentos afetivos comuns à natureza humana.

Realmente, o hábito da miséria, da falta de meios até para alimentar o filho, embrutece o indivíduo, que se revolta e se descontrola para sempre, voltando-se contra todos e até contra o próprio filho.

Mesmo na Capital da República, após observações interessantes, o ilustre médico Dr. Correia de Azevedo disse: "Confirmou-se que aqui, como alhures, o desajustamento é muito freqüentemente causado pela subnutrição, e que esta decorre do binômio pobreza-ignorância. A pobreza não permitindo a alimentação completa, e a ignorância, com seu cortejo de imundície, doenças e defeitos educacionais".

Sempre o problema essencial: educação e saúde — repetido tantas vezes pela autoridade de um Miguel Couto — e sempre o povo de nossa Terra na mais completa miséria, definhando física e moralmen-

te, por falta de meios para, tratar-se e educar-se. Conseguimos, assim, lamentavelmente “bater o record” da mortalidade infantil.

As estatísticas demonstram que, no Brasil, durante a guerra, morreram, no primeiro ano de vida, mais crianças por falta de assistência, do que combatentes nos diversos teatros das operações bélicas.

Nem a bomba atômica, conseguiu emparelhar, na destruição, com a nossa falta de meios para amparar a criança brasileira. Milhões foram dispendidos nas máquinas de destruição, para a vitória da liberdade e da justiça sobre a opressão e a força e, no Brasil, milhões são necessários para salvar as vidas dos homens de amanhã que, sem enérgicas providências, continuarão a ser destruídos pela miséria.

E’ uma obra que se impõe em nome da Justiça e do sentimento da humanidade.

E é dever de cada um procurar para os outros o mesmo fim último a que está obrigado êle próprio. Todos, por livre escolha, estão obrigados a querer tudo o que lhes fôr moralmente prescrito pela natureza, que determina a todos os homens a consecução do mesmo último fim, donde ser dever do homem querer para todos o mesmo fim que deseja para si.

Querer um bem a outrem é ato de amor, e amar os outros como a nós mesmos é o primeiro dever mútuo que obriga a querer para o próximo bens idênticos aos que desejamos.

Além disso, quem pretende conseguir um fim, quer também empregar os meios, portanto, devemos amar não só com o afeto, mas procurar fazer o que desejamos aos outros, razão por que não é bastante desejar-se felicidade para os outros, mas é mister empregar os meios para obtê-la.

Ademais, todos os homens têm o direito natural de ser amados pelos outros, como afirma e demonstra o grande Taparelli, por que se a todo dever corresponde um direito, e o homem deve amar o próximo, é óbvio que todos os homens têm o direito ao amor do seu semelhante.

Para evitar o caos em que nos encontramos bastaria a observância daquele sábio princípio evangélico: — Amar o próximo como a nós mesmos!

O amor ao próximo traduz em linguagem afetiva o nosso supremo ideal. Dêle vem o estímulo para a nossa atividade, e o problema humano consiste em subordinar as tendências egoístas, que dispersam os homens, à caridade, que harmoniza. Como observou com segurança o eminente Hahnemann Guimarães, o individuo dividindo-se, sacrifica uma parte de si mesmo, de seus anseios, a uma outra, que oferece ao próximo. Desacreditou-se a moral naturalista, que, em nome da ciência, se opunha à caridade, sustentando que o homem deve procurar ser cada vez mais forte, para realizar, na luta pela vida, a sua própria felicidade, enquanto os fracos devem perecer na seleção natural. O individualismo criou muito mais fracos e miseráveis do que homens fortes.

Á pesar de ser natural a diferença de condições entre os homens, não se compreende que uma sociedade se mantenha em paz e felicidade quando ao lado de uma minoria de abastados, reina a mais triste miséria. Os que têm tudo o que desejam, em geral, nem se lembram dos que não possuem, sequer, os meios para atender as necessidades mais elementares. Há um verdadeiro endurecimento no coração dessas pessoas, que procuram desconhecer ou se esquecem da miséria dos outros.

Essa displicência dos poderosos tem dado causa a verdadeiras convulsões sociais.

Os desprotegidos revoltam-se contra os que dêles esqueceram ou pelo menos foram indiferentes à sua sorte. Não há quem se confirme com o conforto absoluto dos ricos que, criminosamente, se habitua com a miséria do pobre e não procuram remediá-la. Desorientados, pelo egoísmo dos abastados pretendem acabar, violentamente com o direito natural de propriedade indispensável ao homem que, por natureza, necessita de certos meios que, usados por uns, não podem servir a outros. A esta necessidade é proporcional o direito de usá-los uns com exclusão dos outros. Esse direito natural se conforma pelo instinto manifestado nas crianças e até nos próprios animais, por êle Deus mostra o direito que tem o homem à posse legítima e pacífica de um objeto, e a virtude que reclama a inviolabilidade desse direito é a Justiça.

Contudo, todos os homens, também, têm direito aos meios que são absolutamente reclamados pelas necessidades particulares, de

modo que não se justifica a hipertrofia da propriedade para uns em prejuízo de outros, que experimentam a miséria. Não pode haver equilíbrio nessa situação, criada, pela exploração do homem pelo homem. A paixão do enriquecimento criou as misérias de nossa civilização. A atividade dos bafejados pela sorte, orientada por um motivo egoísta, tornou-se anti-social, e a procura de lucros exagerados impediu a realização da justiça.

Levantou-se, então, a santa voz de Leão XIII, com a encíclica "Rerum Novarum": Não é o socialismo a solução para os males que cercam as classes menos favorecidas, mas a união fraternal e cristã de tôdas as classes sociais. Só a união pode pôr termo ao conflito ou, pelo menos, atenuá-lo. Os patrões devem tratar os operários como homens dignos e não como instrumentos de lucro, pagando-lhes o suficiente para viver com decência, e atender às necessidades próprias e da família mas não explorá-los, deixando-os na miséria, enquanto enriquecem repentinamente com lucros de tôda sorte.

Há que se considerar, porém, o direito natural de propriedade e o seu legítimo uso porque se o exercício desse direito é até necessário a quem vive em sociedade, a respeito do uso dos bens, doutrina a Igreja: "O homem não deve ter as coisas exteriores como particulares, mas sim como comuns, de tal modo que facilmente forneça parte delas aos outros nas suas necessidades, tanto que o Apóstolo disse: Ordena aos ricos do século dar facilmente, comunicar as suas riquezas.

Por isso, os afortunados dêste mundo são advertidos de que as riquezas não os isentam da dor; nem têm utilidade para a vida eterna, mas, ao contrário, constituem um obstáculo, que devem temer, diante das ameaças severas que Jesus Cristo profere contra os ricos: dia virá em que deverão prestar a Deus rigorosíssimas contas do uso que fizeram de sua fortuna.

Certamente, nenhuma pessoa é obrigada a aliviar o próximo privando-se do seu necessário ou do de sua família; nem mesmo a nada suprimir do que as conveniências impõem à sua pessoa, mas desde que satisfaça suficientemente às necessidades, é um dever amparar os pobres com o supérfluo, pois, quem recebeu da divina Bondade bens externos, tem o dever de os fazer servir tanto ao próprio aperfeiçoamento, como ao alívio do próximo.

O grande S. Gregório Magno já dizia: quem possuir uma superabundância de bens, não deixe a misericórdia amortecer-se no fundo do seu coração. Portanto, não há necessidade de doutrinas extremistas para a solução do problema social. Ademais, a Igreja não se deixa absorver de tal modo pelo cuidado das almas, a ponto de abandonar a parte que se relaciona com a vida terrestre e moral. Os costumes cristãos têm influência indiscutível, porque comprimem o desejo excessivo das riquezas e dos prazeres do mundo, êsses dois flagelos que freqüentes vêzes lançam a amargura e o desgosto no próprio seio da opulência, segundo a perfeita expressão de Leão XIII. Lembra, ainda, a encíclica que entre os primeiros cristãos, era tal a virtude de sua caridade mútua, que, não raro, se viam os mais ricos despojarem-se do seu patrimônio em favor dos pobres, e não era conhecida a indigência no meio dêles.

Infelizmente, porém, o egoísmo medrou no seio da sociedade; os ricos se acostumaram com a miséria dos pobres e não procuraram mais mitigá-la. Desejavam, apenas, aumentar a fortuna, ainda que custasse o sacrifício dos pobres que, com razão, desesperavam-se, Nessas condições, para a falta de iniciativa individual, de acôrdo com a caridade cristã, evidencia-se a necessidade da intervenção do Estado para controlar o egoísmo individual em benefício da coletividade. Realmente, como ponderou Leão XIII, a razão formal de tôda a sociedade é uma só e comum a todos os seus membros, grandes e pequenos. Os pobres com o mesmo título que os ricos são, por direito natural, cidadãos, e como seria desrazoável prover uma classe de cidadãos e negligenciar outra, é preciso que a autoridade pública tome as medidas necessárias para salvaguardar os interesses das classes desprotegidas da sorte. Se ela faltar a isto, viola a estrita justiça que impõe ser dado a cada um o que lhe é devido. A êsse respeito é sempre invocada a autoridade de Santo Thomaz de Aquino: "Assim como a parte e o todo são de certo modo uma mesma coisa, assim o que pertence ao todo, pertence de alguma sorte a cada parte". A equidade, pois, ordena que o Estado se preocupe com os desprotegidos que trabalham, e proceda de modo que, de todos os bens, proporcionados por êles à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, como habitação e vestuário, para que possam viver à custa de menos trabalhos e privações. Tal providência

não prejudica a ninguém, mas, ao contrário, beneficia a todos, porque não pode haver nação feliz, onde homens que são para ela o princípio de bens essenciais, se encontrem continuamente a braços com os horrores da miséria, e, mesmo, uma nação só pode prosperar baseada em costumes puros, em famílias fundadas com moralidade, elementos que se não podem aperfeiçoar sem o bem estar dos cidadãos que integram a sociedade.

Multiplicam-se, porém, na civilização moderna, exemplos como o referido por Cícero no "Tratado dos Deveres": Muitos há, dizia êle, que, se ocupando, apenas, em aumentar seus rendimentos, dizem nada fazer que resulte em agravo alheio. Estes não tombam num extremo da injustiça, e sim no outro, porque abandonam a sociedade humana quando não empregam em seu favor nem seu trabalho, nem seu pensamento, nem seus haveres.

Os próprios católicos, como certa vez ponderou Alceu de Amoroso Lima, não cuidaram em dar aos bens terrenos o uso conveniente, conforme a doutrina do Cristo.

Esqueceram-se da bemaventurança prometida aos pobres de espírito e não acreditaram na afirmação de ser mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos Céus. Enquanto enriqueciam com os trabalhos dos pobres, apenas lamentavam a sua sorte e a de seus filhos, sem procurar remediá-la com o supérfluo dos lucros, que cresciam assustadoramente para formar as atuais fortunas incalculáveis, que não poderiam existir se à riqueza fôsse dado destino conveniente, em benefício da coletividade, para evitar a miséria reinante. Como se vê, nem os filhos da Igreja têm seguido os seus ensinamentos. Dominados por um egoísmo cego, são os maiores responsáveis pela situação precária dos que, desorientados, procuram melhorar de situação, de qualquer modo, e, por desconhecerem a doutrina do Cristo, desvirtuada pelos próprios católicos, que traíram os ensinamentos do Mestre, acirram ódios e voltam-se até contra a Santa Igreja, tudo por culpa da insinceridade de seus falsos adeptos, organizadores de indústrias e capitais a impor o jugo humilhante de suas ditaduras.

Para evitar a catástrofe precisamos praticar a doutrina da Igreja, baseada na caridade e no amor ao próximo.

É mais fácil e mais justo melhorar a sorte dos infelizes, do que persuadí-los a se conformar com a triste situação em que se encontram.

O espetáculo das nossas populações não anima a ninguém. Povo triste e feio, por ser doente, mal pago, mal alimentado e mal amparado. Povo, sem beleza na infância, as crianças com cara de velhos, pelo hábito da doença, da fome, da ignorância e do desconforto absoluto; moços sem religião, velhos sem sabedoria, irritados e revoltados contra os responsáveis por sua situação.

Todavia, embora não se possa remediar completamente e proporcionar absoluta sensação de bem estar às classes magoadas pela lembrança de velhas injustiças, é imprescindível cuidar da criança, evitando que a população se renove nesse ambiente iníquo onde medra a miséria, inimiga da razão que dirige o homem ao seu verdadeiro destino. Realmente, segundo a verdadeira filosofia cristã, a harmonia do corpo e do espírito é essencial, muito especialmente no tomismo que sustenta a unidade substancial de ambos. Santo Thomaz afirmou: "As diversas disposições dos homens para a ação da alma dependem das disposições diversas dos seus corpos, e a boa constituição do corpo acompanha a nobreza da alma, donde se concluir que aquêles que têm o tato delicado são mais nobres de alma e mais perspicazes de espírito".

E essas considerações são de tamanha importância que levaram Sertillanges a dizer: "o princípio fundamental da psicologia tomista, — princípio renovado genialmente da filosofia de Aristóteles, — é que a alma humana só se pode definir completamente em função do corpo que anima, e com o qual forma uma unidade real e substancial.

Entre as síndromes que minam a vitalidade do mundo contemporâneo, o espírito brilhante e seguro de um Leonel Franca, lembra em primeiro lugar, a de ordem demográfica, ou seja, a diminuição progressiva da natalidade.

Em todos os países que constituem o bloco da civilização ocidental, o número de nascimentos baixa ininterruptamente seguindo uma curva impressionadora; em quase todos, o índice de natalidade já é inferior às exigências normais criadas pelas devastações da morte. Entraram no regime de despovoamento virtual; se nas estatísticas

ainda se mantém provisoriamente a população com Algarismos estacionários ou de pouco acrescidos, é graças aos fortes contingentes de nascimentos de trinta ou quarenta anos atrás. Mas o equilíbrio atual não pode ser duradouro; o despovoamento efetivo começará brevemente. Na verdade, a oligantropia constitui um dos sinais precursores e uma das causas mais profundas das decadências da civilização. Como aconteceu na Grécia e em Roma, o mundo verá desfazer-se em ruínas o edifício esplêndido de sua cultura por falta de homens que o habitem, conservem e defendam. Sem uma Revolução espiritual, destas que atingem as profundezas das almas, mudando-lhes radicalmente a atitude em face do problema da vida, a marcha para a decrepitude acelera-se, principalmente na Europa, — de dia para dia, e a morte será o seu termo inexorável.

No Brasil, contudo, antes de cuidar desse problema importantíssimo há outro mais grave. Não falemos das famílias — que por ironia se dizem cristãs — envenenadas pelo individualismo, a ponto de atraírem a sua missão, deixando nos lares sem berço, extinguir-se a chama da vida.

Cumpramos, primeiramente, salvar as crianças que deixam de nascer, ou que nascem com defeitos irremediáveis pela falta de meios das mães, que não podem se alimentar nem se tratar, bem assim auxiliar àquelas que morreriam nos primeiros anos de vida, se a sociedade para elas não voltasse os olhos. Essa, uma providência que se impõe em nome dos mais mezinhos princípios de humanidade, sendo, também, necessária para a própria defesa da nossa civilização.

Numa época em que o perigo do despovoamento apavora o mundo, não pode o Brasil deixar de empregar todos os esforços para diminuir a percentagem da mortalidade infantil, e preparar um ambiente digno para a vida dos homens de amanhã, que só poderão concorrer para o engrandecimento da Pátria num clima de felicidade, compatível somente com uma justiça social bem compreendida.

Realmente, o povo constitui a maior riqueza de uma Nação, que não poderá prosperar jamais com um povo triste, doente, mal nutrido e revoltado. Com muita propriedade disse o Desembargador Sabóia Lima, grande entusiasta do problema de menores: "Cada criança abandonada na rua é um cidadão perdido para a Pátria".

Infelizmente, porém, daqueles que, por acaso, venceram o perigo da gravidez e os primeiros anos de vida, milhões continuam abandonados... Nascidos em pseudo lares, com pai vivo, mas desconhecido, e com vários "padrastos" pais de outros irmãos, continuam a viver verificando exemplos dessa natureza... E o que será feito desses inocentes, se não forem convenientemente educados em ambiente sadio, onde possam habituar-se à moralidade e a compreender que a vida tem uma razão suprema de ser vivida?

Ninguém ignora a existência dos morros de Copacabana, sem falar em outros de bairros menos aristocráticos, no próprio Distrito Federal, e bem se pode avaliar o gênero de vida, que levam as crianças que nêles residem, e os exemplos que observam...

Certa vez um menino desses alimentava um ideal, uma aspiração... Queria crescer para ser "malandro", e se orgulhava de ter no rosto a cicatriz de uma lâmina de navalha, como outros valentes que conhecia e admirava.

Os maus exemplos são para a criança germes desmoralizadores que trabalhando a princípio como motivo passageiro de perturbação, tornam-se causa permanente de dissolução da família. E, se a família é a base da sociedade e desta depende a existência das Nações, qual será o destino do nosso País se a criança continuar em ambientes nocivos a comprometer com a saúde do corpo a sanidade do espírito?

Compreenderá ela que o homem tem um destino superior? Difícil será ordenar o procedimento dos que nasceram e cresceram nesse ambiente, mas salvemos, pelo menos, a criança para que no futuro a nossa Pátria seja realmente grande, graças a um povo ordenado, sadio, feliz e com aspirações dignas.

Hoje, ainda, muito pouco se faz pela criança brasileira. Recentemente, na inauguração da "Semana da Criança", o Ministro Capaneira afirmou que o Estado, nesses dez últimos anos, sistematizou a propaganda da necessidade do amparo à infância, desde os cuidados à pessoa da gestante, e organizou o Departamento competente, mas... para desenvolver as atividades necessárias em benefício da criança, precisava do auxílio particular. No Juízo de Menores diariamente são feitos inúmeros pedidos de internação, porque ainda há pais que desejam para os filhos melhor sorte e procuram afastá-los do am-

biente nocivo em que vivem. Outros precisariam ser compulsòriamente afastados do convívio prejudicial dos pais ou de pessoas desordenadas, incapazes de encaminhá-los no verdadeiro sentido.

Mas infelizmente, na própria Capital da República, não há elementos para atender nem aos que pedem, razão por que não é possível encaminhar os que não pedem, mas precisam do mesmo amparo que os outros.

Durante êste ano mais de dois mil pedidos de internação não puderam ser atendidos, por absoluta falta de vagas. Além disso, em regra, os estabelecimentos existentes não estão aparelhados convenientemente.

Não há ensino profissional sistemático e adequado. Faltam estabelecimentos de reeducação para os menores transviados. Tudo é tão difícil!...

E, nessa situação angustiosa, ainda se afirmou, recentemente, que antes de estabelecimentos necessários à preservação da infância, seriam executadas obras de defesa nacional!

A proteção da criança, pois, ainda não é considerada obra de defesa nacional.

Poderá, então, um país sobreviver e defender-se, sem um povo còncscio de suas responsabilidades e de seus deveres?

E será possível uma população nessas condições, se a criança continuar abandonada, vivendo uma vida indigna, em ambiente impróprio à saúde do corpo e à formação moral?

Claro que não. Todavia, êsse problema de salvação nacional é na verdade, grande demais para ser resolvido só pelo Estado.

E' imprescindível a colaboração de todos e, principalmente, daqueles que se viciaram em guardar o supérfluo, pelo simples prazer egoísta e anti-social de aumentar a fortuna.

Os que, no nosso país, trabalham e se esforçam para solucionar o problema da infância, em regra, não têm elementos para resolvê-lo.

Há muito tempo, magistrados como Nabuco de Abreu e Alfredo Russell idealizaram o Patronato de Menores, que, hoje, dirigido por Sabóia Lima, ampara mais de mil crianças, em colaboração com o Juízo de Menores e com o Serviço de Assistência a Menores, criado na gestão operosa de Saul de Gusmão. Contudo, muito mais poderia

ser feito se a iniciativa não partisse, apenas, de pobres magistrados que, na frase de Eduardo Gomes, precisam fazer prodígios de poupança, até para se apresentar no Tribunal decentemente trajados.

Precisamos, enfim, levantar em nosso país uma verdadeira cruzada em prol da criança, porque temos uma Pátria a reconstruir, uma Nação a firmar, um povo a fazer.

E, para êsse empreendimento salvador, o elemento mais dócil e adaptável a trabalhar é a infância.

Socialmente, não há obra mais fecunda e, moralmente, mais meritória.

1946
IMPRESA NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL



IMPRESA NACIONAL